

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

Termo de Referência 388/2025

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

388/2025

158137-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

Editado por

VITOR MARINELLO SOUZA

Atualizado em

05/05/2026 08:36 (v 0.5)

Status

DISPONIBILIZADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23344.001933.2025-95

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de insumos e medicamentos veterinários, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 1. Identificação e descrição dos itens demandados no referido pregão, unidade de medida base para a estimativa dos valores unitários máximos e total, e lote mínimo a ser adquirido por requisição.

Item	Catmat	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (R\$)		Lote Mínimo
					Unitário	Total	
1	439470	Multivitamina injetável (Uso Veterinário) Forma física: Solução Injetável para bovinos, equinos e suínos Fórmula – Cada 500 mL deverá conter no mínimo: Riboflavina (vit B2) 20 mg Piridoxina (vit B6) 15 mg Cianocobalamina (vit B12) 10 mg Sódio 2000 mg Potássio 200 mg Cálcio 150 mg Magnésio 90 mg Dextrose 25.000 mg Metionina 660 mg Fornecimento: Frasco de 500 mL com equipo agulhado Referência: soro vitaminado similar a Fortemil ou de melhor qualidade	Frasco de 500mL	80	26,54	2.123,20	8
2	409180	Complexo de ferro dextrano 10% (Uso Veterinário) Forma física: Solução Injetável Fórmula: Ferro dextrano 10,0 g/100mL Fornecimento: Frasco de 50ml	Frasco de 50mL	50	10,87	543,50	5
3	370515	Tintura de iodo Concentração: 10%; Forma física: tintura	Litros	50	199,00	9.950,00	5

		Referência: Tintura de iodo 10% Fornecimento: Frasco de 1 litro					
4	446138	MATA BICHEIRA PRATA (Uso Veterinário) Forma física: Aerossol Indicação: Larvicida, bernicida, repelente, cicatrizante e antisséptico. Fórmula - Cada 100 ml deverá conter: Fenitrothion 6,63 g Cloridrato de Clorexidina 0,15 g Alumínio 3,00 g Fornecimento: Frasco de 500 ml	Frasco de 500mL	50	26,08	1.304,00	5
5	409126	Doramectina 1% (Uso veterinário) Forma física: solução injetável Fornecimento: Frasco de 500ml	Frasco de 500mL	15	308,42	4.626,30	2
6	407511	Ivermectina 4% (40 mg/mL) - Uso Veterinário Forma física: solução injetável Fornecimento: Frasco 500 mL. Referência: Master Lp, similar ou de melhor qualidade.	Frasco de 500mL	30	380,00	11.400,00	3
7	410222	Levamisol (Uso veterinário) Forma física: solução injetável Concentração: Fosfato de levamisol 18,8% Fornecimento: Frasco de 250ml. Referência: Ripercol 150f, similar ou de melhor qualidade	Frasco de 250mL	60	84,90	5.094,00	6
8	409012	Eprinomectina 1% (Uso Veterinário) Forma física: solução tópica (Pour-on). Carência zero para bovino de corte e leite. Fornecimento: Frasco de 1 litro. Referência: Eprinex Pour-on 1L (carência zero para bovino de corte e leite), similar ou de melhor qualidade.	Litros	30	349,81	10.494,30	3
9	445286	Endectocida (Uso Veterinário) Forma física: solução injetável. Composição: Eprinomectina 18 mg/mL Novaluron 100 mg/mL Fornecimento: Frasco de 500 mL.	Frasco de 500mL	30	638,00	19.140,00	3
10	445279	Diazinon associado ao Clorpirifós (Uso Veterinário) Apresentação: Brinco inseticida Fórmula - Cada 100 g deverá conter: Diazinon 30,0 g Clorpirifós 10,0 g Fornecimento: Pacote com 10 brincos.	Pacote com 10 brincos	20	93,50	1.870,00	2
11	417739	Cipermetrina 5% (Uso Veterinário) Período de Carência para leite ZERO. Forma física: Solução tópica (Pour on). Fornecimento: Frasco de 1 litro. Referência: Sarcolin, similar ou de melhor qualidade	Litros	30	35,75	1.072,50	3
12	458973	Ectoparasitocida (Uso veterinário)	Litros	20	58,41	1.168,20	2

		Forma física: Solução tópica (Pour on). Fórmula - Cada 100 mL deverá conter: Cipermetrina 5,0 g Clorpirifos 7,0 g Fornecimento: Frasco de 1 litro Referência: Colosso Pour on, similar ou de melhor qualidade.					
13	417739	Cipermetrina 5% (Uso Veterinário) Sem restrição de carência para leite Forma física: Solução tópica (Pour on). Fornecimento: Frasco de 1 litro. Referência: Cypermil Pour on, similar ou de melhor qualidade.	Litros	24	31,30	751,20	3
14	382498	Desinfetante. Composição: Hidrocarbonetos Derivados De Coal-Tar, Cresóis. Princípio Ativo: Fenóis e Emulsificante Saponáceo. Fornecimento: Embalagem de 500ml ou 1 litro Referência: Creolina, similar ou de melhor qualidade	Litros	100	89,50	8.950,00	10
15	415253	Ivermectina 0,5% (Uso veterinário) Carência ZERO para leite. Forma física: Solução tópica (Pour on). Fornecimento: frasco de 1 litro. Referência: Ivermeve pour-on, similar ou de melhor qualidade.	Litros	40	280,39	11.215,60	4
16	483730	Pomada Cicatrizante composta por Óxido de zinco. (Uso Veterinário) Forma física: Unguento Fórmula – Cada 100 g deverá conter: Butóxido de piperonila 3,5 g Permetrina 0,5 g Óxido de zinco 20 g Fornecimento: embalagem de 250 g. Referência: unguento branco, similar ou de melhor qualidade.	Pote de 250 gramas	50	56,90	2.845,00	5
17	422831	Pomada cicatrizante (Uso Veterinário) Forma física: Unguento. Composição: Cada 100 g deverá conter: Alcatrão vegetal 54,0 g Triclorfon 0,75 g Fornecimento: pote de 250 g. Referência: Unguento Friezol, similar ou de melhor qualidade	Pote de 250 gramas	50	22,48	1.124,00	5
18	439482	MATA BICHEIRAS (Uso Veterinário) Forma física: Spray Fórmula - Cada 100,0 ml contém: Clorpirifós 0,71 g Diclorvós (DDVP) 1,15 g Violeta de genciana 0,17 g Fornecimento: Frasco spray de no mínimo 400 ml. Referência: LEPECID SPRAY, similar ou de melhor qualidade.	Frasco	50	14,43	721,50	5
19	409123	Dipirona sódica Forma física: Solução injetável Concentração: 500 mg/ml. Fornecimento: frasco de 50 ml.	Frasco de 50mL	25	23,92	598,00	3
20	413584	Gentamicina (Uso Veterinário) Forma física: Injeção Intramamária Fórmula - Cada 10g contém: Sulfato de Gentamicina 150 mg	Seringa de 10 gramas	500	10,07	5.035,00	50

		Fornecimento: Seringa 10 g. Referência: MASTIFIN, similar ou de melhor qualidade.					
21	410005	Cloxacilina Benzatina (Uso Veterinário vaca seca) Forma física: Suspensão Intramamária Concentração: 600 mg/ seringa Fornecimento: Seringa. Referência: Intrasec Vs similar ou de melhor qualidade.	Seringa	200	10,40	2.080,00	20
22	417081	Ceftiofur (Uso Veterinário) Forma física: Suspensão Intramamária Composição: Cloridrato de ceftiofur 12,5 mg/mL Fornecimento: Seringa com 10 mL. Referência: Spectramast LC similar ou de melhor qualidade	Seringa de 10mL	500	21,78	10.890,00	50
23	408951	Antibiótico Cefalexina (Uso veterinário) Aplicação intramamária. Composição: Hidrato de cefalexina10 mg/mL Sulfato de neomicina10 mg/mL Prednisolona 1 mg/mL Referência: Vetimast Plus VL similar ou de melhor qualidade	Seringa de 10 gramas	500	18,77	9.385,00	50
24	614504	Antibiótico Cefquinoma (Uso Veterinário) Aplicação: Infusão intramamária Indicação: tratamento de mastites de vacas em lactação, causadas por bactérias Gram positivas e Gram negativas. Composição: Sulfato de cefquinoma 88 mg/ seringa Fornecimento: seringa de 8 gramas. Referência: Cobactan VL similar ou de melhor qualidade	Seringa	500	26,64	13.320,00	50
25	409017	Antibiótico Oxitetraciclina (Uso veterinário) Forma física: solução injetável. Oxitetraciclina 20% (20 g/100 mL) Período de Carência para leite de 120 horas. Fornecimento: frasco de 50ml. Referência. Terramicina LA, similar ou de melhor qualidade.	Frasco de 50mL	60	33,00	1.980,00	6
26	446137	Ceftiofur (Uso veterinário) Período de carência ZERO para leite. Forma física: suspensão injetável. Composição: Cloridrato de ceftiofur 50 mg/ml Fornecimento: frasco de 100 ml Referência: CEF50 similar ou de melhor qualidade.	Frasco de 100mL	150	64,35	9.652,50	15
27	441709	Cefalexina (Uso veterinário) Forma física: solução injetável. Cefalexina 150 mg/ml Fornecimento: frasco de 100 ml. Referência: Rilexine 150 similar ou de melhor qualidade	Frasco de 100mL	125	178,80	22.350,00	13
28	427525	Antibiótico associado a anti-inflamatório (Uso veterinário)	Frasco de 50mL	100	46,00	4.600,00	10

		Período de carência para leite até 7 dias. Composição - Cada 100 ml deverá conter: Benzilpenicilina G Procaina 10.000.000 UI Benzilpenicilina G benzatina10.000.000 UI Sulfato de estreptomicina 10.500 mg Piroxicam 1.000 mg Fornecimento: frasco 50ml. Referência: Pencivet, similar ou de melhor qualidade.					
29	409354	Tilosina (Uso Veterinário) Forma física: Solução Injetável Período de carência para leite: 4 dias após última aplicação. Concentração: 20% (20 g/100mL) Fornecimento: frasco de 50ml Referência: Tyladen, similar ou de melhor qualidade.	Frasco de 50mL	200	31,90	6.380,00	20
30	420410	Antimicrobiano e Anti-inflamatório (Uso Veterinário.) Forma física: Solução Injetável. Período de carência para leite: até 8 dias após a última aplicação. Composição por mL: Sulfadoxina200 mg Trimetoprim 40 mg Piroxicam 12 mg Referência: Fortgal Plus, similar ou de melhor qualidade.	Frasco de 50mL	300	58,91	17.673,00	30
31	409299	Solução antimicrobiana (Uso Veterinário) Forma física: solução injetável Indicação: tratamento das doenças infecciosas bacterianas, causadas por agentes Gram-positivos e Gram-negativos. Composição - Cada 100 ml deverá conter: Sulfadoxina 20,0 g Trimetoprim 4,0 g Fornecimento: Frasco de 50 ml. Referência: Borgal, similar ou de melhor qualidade.	Frasco de 50mL	300	78,58	23.574,00	30
32	409021	Antibiótico associado a anti-inflamatório (Uso Veterinário) Forma física: Aerossol Composição: Oxitetraciclina 6,8% Hidrocortisona 2,8 % Vitamina A 0,01 % Fornecimento: frasco spray de 125 ml. Referência: Terracan spray, similar ou de melhor qualidade.	Tubo de 125mL	50	33,80	1.690,00	5
33	434096	Antimicrobiano e Antiparasitário (Uso Veterinário) Forma física: Suspensão injetável Composição - Cada 100 mL contém: Benzilpenicilina Benzatina 24.000.000 UI Ivermectina 200 mg Fornecimento: frasco de 50ml. Referência: Pró-bezerro similar ou de melhor qualidade	Frasco de 50mL	20	79,00	1.580,00	2
34	408849	Anti-inflamatório esteroideal (Uso veterinário) Forma física: solução injetável. Dexametasona 2 mg/mL Fornecimento: frasco 50ml. Referência: Cortiflan similar ou de melhor qualidade.	Frasco de 50mL	50	48,74	2.437,00	5

35	410904	Anti-inflamatório não esteroide (Uso veterinário) Forma física: solução injetável Cetoprofeno 10% Fornecimento: frasco de 50 ml. Referência: Biofen 10%, similar ou de melhor qualidade.	Frasco de 50mL	100	63,45	6.345,00	10
36	407454	Anti-inflamatório não esteroide (Uso Veterinário) Forma física: Solução Injetável Meloxicam 20 mg/mL Fornecimento: frasco de 50ml. Referência: Maxicam 2% similar ou de melhor qualidade.	Frasco de 50mL	100	105,02	10.502,00	10
37	410038	Anti-inflamatório não esteroide e analgésico (Uso Veterinário) Forma física: Solução Injetável. Diclofenaco Sódico 50 mg/mL Fornecimento: Frascos de 50 mL Referência: Diclofenaco 50 Ouro Fino, similar ou de melhor qualidade.	Frasco de 50mL	100	29,30	2.930,00	10
38	407503	Anti-inflamatório não esteroide e analgésico (Uso veterinário) Forma física: injetável Fenilbutazona 20% Fornecimento: frasco de 50 ml. Referência Fenilbutazona OF similar ou de melhor qualidade	Frasco de 50mL	30	44,00	1.320,00	3
39	401980	Bainha francesa para inseminação artificial Características: Descartável e esterilizada Aplicável em palhetas de 0,25 e 0,50 mL. Características: com extremidade da ponta arredondada, com bucha de vedação. Material: plástico atóxico. Indicação: aplicar sêmen em bovinos, novilhas ou vacas. Fornecimento: pacote com 50 bainhas francesas	Unidade	250	0,87	217,50	25
40	619864	Luva descartável para inseminação artificial. Uso veterinário. Características: Material: E.V.A. Comprimento mínimo do cano da luva: 80 cm. Sensível ao toque. Fornecimento: caixa 100 com luvas. Referência: Luvas Walmur, similar ou de melhor qualidade.	Caixa	12	85,00	1.020,00	2
41	446149	Cortador de palheta Produtos para inseminação artificial animal. Aplicável em palhetas de 0,25 e 0,50 mL. Características: material: plástico e lâmina em aço inoxidável.	Unidade	4	50,00	200,00	1
42	417780	Aplicador de sêmen universal para uso em bovinos. Material: aço inoxidável; compatível com palhetas de 0,25 e 0,50 mL; com sistema de trava por anel de retenção; ponta com acabamento polido e arredondado; Êmbolo interno com ajuste de precisão e empunhadura ergonômica.	Unidade	3	199,42	598,26	1
43	238363	Detergente ácido Aplicação: limpar e desinfetar equipamentos de ordenha, desincrustante. Indicado para limpeza por circulação (Sistema CIP). Composição básica: ácidos inorgânicos, tensoativos aniônicos. Princípio ativo: Ácido nítrico Características: Não ser corrosivo a aço inox. Ter espuma controlada.	Litros	400	37,38	14.952,00	40

		Fornecimento: Bombona de até 20 litros. Características Físico-Químicas: Aparência: Líquido límpido; Cor: Incolor/amarelado; Odor: Característico; Teor de ácido nítrico: Igual ou superior a 50% em uma solução de 0,25 a 0,5%. Referência: FT Master Acid, similar ou de melhor qualidade.					
44	618590	Detergente cáustico , com espuma controlada para limpeza por circulação (sistema CIP) Indicado para limpeza de sistema de ordenha canalizada. Composição básica: alcalinizantes, tensoativos não-iônicos. Princípio ativo: Hidróxido de Sódio Características Físico-Químicas: Aparência: Líquido; Cor: Incolor/amarelado; Odor: Inodoro. Referência: FT Master Force, similar ou de melhor qualidade.	Litros	400	38,00	15.200,00	40
45	462264	Filtro de ordenhadeira Uso: filtrar leite Material: TNT atóxico, tamanho 620 x 60 mm. Fornecimento: pacote com 100 unidades.	Pacote com 100 unidades	12	78,00	936,00	2
46	477564	Copo aplicador pré-dipping (modelo espuma). Uso: para desinfetar os tetos. Material: polietileno. Capacidade: 300 ml.	Unidade	10	16,50	165,00	1
47	477565	Copo aplicador pós-dipping (modelo líquido). Uso: para desinfetar os tetos. Modelo: Sem retorno de líquido. Material: polietileno. Capacidade: 300 ml.	Unidade	10	39,17	391,70	1
48	319232	Papel para limpeza de tetos bovino. Medidas: Comprimento: 23 cm e largura: 21 cm. Será admitida uma variação de 5% nas dimensões do produto. Características adicionais: interfolhada. Tipo folha: 2 dobras. Cor: branca; Fornecimento: pacote com 1.000 folhas.	Pacote com 1000 unidades	120	13,77	1.652,40	12
49	411949	Caneca para Teste de Mastite Caneca de fundo preto com alça. Capacidade total: mínima de 1000 mL. Uso veterinário.	Unidade	4	49,97	199,88	1
50	269876	Desinfetante Pré-dipping para higienização dos tetos das vacas na pré-ordenha. Composição deverá conter: Água, Lauril éter sulfato de sódio, Lauril sulfato de sódio, Aminoetanol, propanotriol, ácido láctico e corante. Fornecimento: galão de 5 litros. Referência: PRÉMAXX1, similar ou de melhor qualidade.	Galão 5 L	90	124,95	11.245,50	9
51	432428	Sanitizante semiviscoso de uso tópico para vacas leiteiras, com poder residual. Composição: ácido láctico neutralizado, ácido salicílico, água desmineralizada, álcool etílico 96%, extrato glicólico de aloe vera, extrato glicólico de hortelã, glicerina, metil isotiazolinona, nonil fenol etoxilado 9 moles, polissacarídeo, polydisperse HEDP e solução de hidróxido de sódio. Fornecimento: galão de 5 litros. Referência: Similar ou superior a Lacto Gold Green Pós Dipping.	Galão 5L	90	118,17	10.635,30	9
52	411428	Anestésico local com vasoconstritor (Uso veterinário)	Frasco	100	8,68	868,00	10

		Forma física: Solução Injetável Cloridrato Lidocaína 2% (2 g/100mL) Epinefrina1:50.000 Fornecimento: frasco de 50ml. Referência: Anestésico Bravet, similar ou de melhor qualidade	50mL				
53	410473	Analgésico e sedativo (Uso Veterinário) Solução Injetável Cloridrato de Xilazina 2%. Fornecimento: frasco de 50ml MEDICAMENTO SUJEITO À CONTROLE ESPECIAL	Frasco 50mL	10	109,00	1.090,00	1
54	407462	Anestésico (Uso Veterinário) Forma física: Solução Injetável. Cloridrato de Cetamina 100 mg/mL Fornecimento: frasco de 10ml. Referência: Cetamin, similar ou de melhor qualidade. MEDICAMENTO SUJEITO À CONTROLE ESPECIAL	Frasco 10mL	100	25,56	2.556,00	10
55	410041	Azaperone 4% (4 g/100ml) - Uso Veterinário. Forma física: Solução Injetável Fornecimento: Frasco 20 mL MEDICAMENTO SUJEITO À CONTROLE ESPECIAL	Unidade	20	120,54	2.410,80	2
56	362990	Formol Formaldeído 37% a 40% Características: Peso Molecular: 30,03 g/mol; Solubilidade em água, álcool e éter; Número de referência química: CAS 50-00-0; Produto registrado na ANVISA. Fornecimento: embalagem de 1 litro.	Litros	100	38,00	3.800,00	10
57	248941	Cal Hidratada. Material: Hidróxido De Cálcio. Aspecto Físico: Pó. Cor: Branca. Aplicação: Construção Civil. Fornecimento: Saco 20 Quilogramas	Saco de 20kg	40	22,64	905,6	4
58	345770	Sulfato de Cobre Características: Pureza mínima de 98%, cor azul brilhante, inodoro, solúvel em água. Fórmula química: CuSO45H2O. Número de referência química: CAS 7758- 99-8. Peso Molecular: 249,68 g/mol. Fornecimento: Saco de 25 kg.	Quilograma	500	55,00	27.500,00	50
59	396196	Desinfetante à base de Cloreto de Aquil Dimetil Benzil Amônio , mais tensoativos. Princípio ativo em torno de 50 %. Produto não inflamável. Fornecimento: Frasco de 1 litro.	Litros	30	33,30	999,00	3
60	439541	Vacina da raiva bovina (Uso veterinário) Forma física: Solução Injetável. Fornecimento: Frasco de 25 doses (50 ml). Referência: Raivacel similar ou de melhor qualidade.	Frasco de 50mL	20	49,00	980,00	2
61	439534	Vacina polivalente contra Clostridioses (Uso Veterinário) Tipo: Inativada e Adsorvida. Forma física: Suspensão Injetável. Composição: Toxoides de <i>C. chauvoei</i> , <i>C. novyi</i> . Outros Componentes: <i>C. perfringens</i> (Tipos B, C e D), <i>C. septicum</i> , <i>C. sordelli</i> ; Componentes Adicionais: <i>C.</i>	Frasco de 100mL	30	51,59	1.547,70	3

		<i>Botulinum</i> (Tipos C e D) Fornecimento: frasco de 100 ml (20 doses) Referência: StarVac, similar ou de melhor qualidade.					
62	439540	Vacina para Brucelose Bovina (Uso Veterinário) Tipo: Viva Atenuada Forma física: Suspensão Injetável Apresentação: frasco com fração liofilizada + frasco com diluente Composição: <i>B. abortus</i> (Cepa B-19). Fornecimento: Frasco/Ampola com 10 doses.	Frasco de 20mL	8	44,43	355,44	1
63	445289	Vacina contra Paratifo dos leitões (Uso veterinário) Forma física: Solução Injetável. Composição: cultivos de <i>Salmonella cholerae suis</i> e <i>Salmonella cholerae suis</i> variedade <i>Kunzendorf</i> Fornecimento: frasco de 50ml Referência: Labovet similar ou de melhor qualidade	Frasco de 50mL	50	39,99	1.999,50	5
64	313631	Lâmina de bisturi nº 23 Características: aço-carbono, descartável estéril, dimensões: 51 mm x 10 mm; com registro na ANVISA Fornecimento: caixa com 100 unidades.	Caixa	3	36,00	108,00	1
65	444361	Atadura Embalagem Individual. Material: Crepom. 100% Algodão. Mínimo De 9 Fios. Dimensões: 12 cm x 1,8 m	Rolo	200	4,99	998,00	20
66	279726	Algodão hidrófilo. Material: alvejado, purificado, isento de impurezas. Embalagem individual. Características adicionais: enrolado em papel apropriado; apresentação: em mantas; esterilidade: não estéril. Fornecimento: embalagem de 0,5 kg.	Embalagem	10	20,20	202,00	1
67	487421	Fio de sutura agulhado Material: Nylon; Estéril Características do Fio: Monofilamentar. Diâmetro: 4-0. Comprimento: Cerca de 70 cm Características da Agulha: Agulha curva 3/8, modelo: triangular, Cortante, Comprimento: mínimo de 30 mm Apresentação: Embalagem Individual com registro ANVISA	Unidade	100	6,35	635,00	10
68	600958	Agulha para sutura em bovinos Material: Aço Inoxidável Tipo: formato em S; Modelo: Cortante; Comprimento: 120 mm; Aplicação: Uso Veterinário/ Necrópsia. Deve possuir registro ANVISA	Unidade	20	35,00	700,00	2
69	439626	Seringa descartável de 10 mL Material: polipropileno Características: Estéril e descartável; tipo de vedação: êmbolo de borracha; Bico Luer Slip Característica adicional: graduada e numerada Apresentação: embalagem individual com registro na ANVISA	Unidade	250	0,46	115,00	25
70	439627	Seringa descartável de 20 mL Material: polipropileno Características: tipo de vedação: êmbolo de borracha; tipo de bico: bico luer slip; estéril, Característica adicional: graduada, numerada; Apresentação: embalagem individual, com registro na ANVISA	Unidade	500	0,62	310,00	50

71	439624	Seringa descartável de 5 mL Material: polipropileno, Características: tipo de vedação: êmbolo de borracha, tipo bico: Luer Slip, adicional: graduada, numerada. Apresentação: embalagem individual, estéril, descartável com registro na ANVISA	Unidade	250	0,83	207,50	25
72	439629	Seringa descartável de 50 mL Material: polipropileno, tipo bico: bico luer slip, graduada, numerada; apresentação: embalagem individual, compatibilidade: compatível com bomba infusora, esterilidade: estéril, descartável com registro na ANVISA	Unidade	100	1,80	180,00	10
73	439625	Seringa descartável de 3 mL sem agulha Material: polipropileno, tipo bico: bico luer slip, graduada, numerada; apresentação: embalagem individual, compatibilidade: compatível com bomba infusora, esterilidade: estéril, com registro na ANVISA	Unidade	200	0,33	66,00	20
74	439622	Seringa descartável de 1mL sem agulha Material: polipropileno, tipo bico: bico central luer lock ou luer slip, graduada e numerada; apresentação: embalagem individual, compatibilidade: compatível com bomba infusora, esterilidade: estéril, com registro na ANVISA	Unidade	200	0,64	128,00	20
75	439799	Agulha hipodérmica 18G Dimensão: 18 G x 1 1/2" 1,2x40 mm Material: aço inoxidável siliconizado, tipo ponta: bisel curto trifacetado, tipo conexão: conector luer lock ou slip em plástico, tipo fixação: protetor plástico, tipo uso: estéril, descartável Embalagem individual com registro na ANVISA	Unidade	600	0,22	132,00	60
76	397496	Agulha hipodérmica 16G Dimensão: 16 G x 1 1/2 mm ou 1,6x40 mm Material: aço inoxidável siliconizado, tipo ponta: bisel curto trifacetado, tipo conexão: conector luer lock ou slip em plástico, tipo fixação: protetor plástico, tipo uso: estéril, descartável Embalagem individual. Com registro na ANVISA	Unidade	500	0,33	165,00	50
77	439807	Agulha hipodérmica 22G Dimensão: 0,7x 25 mm Material: aço inoxidável siliconizado, tipo ponta: bisel curto trifacetado; tipo conexão: conector luer lock ou slip em plástico, tipo fixação: protetor plástico, tipo uso: estéril, descartável, Embalagem individual com registro na ANVISA	Unidade	200	0,27	54,00	20
78	397421	Luva de procedimento G. Tamanho: grande Material: látex natural íntegro e uniforme, modelo: formato anatômico, finalidade: resistente à tração, tipo: ambidestra, características adicionais: lubrificada com pó bioabsorvível, descartável, apresentação: atóxica, tipo uso: descartável. Fornecimento: caixa com 100 luvas.	Caixa	13	18,61	241,93	2
79	397422	Luva de procedimento M. Tamanho: médio. Material: látex natural íntegro e uniforme, modelo: formato anatômico, finalidade: resistente à tração, tipo: ambidestra, características adicionais: lubrificada com pó	Caixa	20	18,73	374,60	2

		bioabsorvível, descartável, apresentação: atóxica, tipo uso: descartável. Fornecimento: caixa com 100 luvas.					
80	397423	Luva de procedimento P. Tamanho: pequeno. Material: látex natural íntegro e uniforme, modelo: formato anatômico, finalidade: resistente à tração, tipo: ambidestra, características adicionais: lubrificada com pó bioabsorvível, descartável, apresentação: atóxica, tipo uso: descartável. Fornecimento: caixa com 100 luvas.	Caixa	17	18,71	318,07	2
81	309657	Mamadeira para bezerros com bico de silicone. Material: policarbonato, não tóxico. Aplicação: bovinos, capacidade: 2 litros.	Unidade	6	23,00	138,00	1
82	409229	Pomada Oftálmica antibiótica e anti-inflamatória Uso Veterinário Composição: Gentamicina 0,3% Hidrocortisona 1% Vitamina A 5.000 UI/g Vitamina D 625 UI/g Fornecimento: bisnaga de 5g Referência: keravit similar ou de melhor qualidade.	Bisnaga de 5 gramas	30	78,21	2.346,30	3
83	437140	Hidróxido de sódio (22 g/100 mL) - Uso Veterinário Aplicação: marcação a frio em bovinos. Uso tópico externo. Fornecimento: frasco de 200 ml. Referência: Marfix similar ou de melhor qualidade.	Frasco de 200mL	8	55,20	441,60	1
84	605638	Argola Formiga Para Focinho ou Venta Nariz Piercing De Septo Touro, Boi e Vaca. Argola em material aço inox.	Unidade	4	32,55	130,20	1
85	436269	Laço Profissional. Comprimento entre 12 metros e 15 metros. Com argola de ferro em uma das pontas para fazer o laço. Composição: polipropileno. Diâmetro: 10 mm. Utilização: Laçar bovinos e equinos.	Unidade	10	261,50	2.615,00	1
86	439374	Ocitocina (Uso Veterinário) Forma física: Solução Injetável Concentração: 10 UI/mL, Fornecimento: frasco 50ml Referência: ocitocina similar ou de melhor qualidade	Frasco de 50mL	75	8,24	618,00	8
87	441619	Corda 10 mm de diâmetro Material: Poliéster; Tipo: Trançada; Ponto Ruptura: 650 KGF Aplicação: Amarrações e laçamentos de cargas em geral	Metros	100	3,90	390,00	10
88	616945	Equipo Gravitacional de Infusão Venosa Macrogotas. Material: PVC Transparente, flexível, sem DEHP; Câmara Gotejamento: Macrogotas com respiro e filtro; Regulador de Fluxo Manual: Rolete Graduado em mL/h Comprimento Tubo: até 180 cm Tipo Injetor Lateral: com 1 Injetor, Uso sem Agulha. Conector Paciente: Luer Slip Adicional: com Clamp. Esterilidade: Estéril, Uso Único Embalagem: Individual	Unidade	200	0,81	162,00	20
89	603563	Solução de Glicose 10%. Forma física: Solução Injetável Característica Adicional: Sistema Fechado, Bolsa/Frasco	Frasco de 500mL	200	5,8	1.160,00	20

		Isento De PVC; Estéril Fornecimento: Frasco/Bolsa de 500ml					
90	452796	Cloreto de sódio 0,9 % (Soro Fisiológico) Forma física: solução injetável Característica adicional: sistema fechado, bolsa/ frasco isento de PVC, estéril. Fornecimento: Frasco/Bolsa de 500 mL	Frasco de 500mL	200	4,17	834,00	20
91	445283	Cálcio glicosado (Uso veterinário) Forma física: solução injetável Composição: Gluconato de cálcio 210 mg/ml Glicerofosfato de cálcio 20 mg/ml Magnésio 50 mg/ml Glicose 100 mg/ml Ácido bórico 20 mg/ml Fornecimento: frasco 200 ml	Frasco de 200mL	300	37,33	11.199,00	30
92	222527	Balde amamentador para bezerros ou Bebedouro Balde Pendular Medidas aproximadas: Comprimento: 200 mm Largura: 250 mm Altura: 190 mm. Será admitida uma variação de 5% nas medidas. Capacidade: 2,5 litros	Unidade	10	131,99	1.319,90	1

1.2. Havendo divergências entre a especificação dos materiais constantes neste termo e as do sistema eletrônico Compras.gov.br, prevalecerão as aqui definidas, conforme Tabela 1 do subitem 1.1.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo, por meio de especificações usuais de mercado, conforme inciso XIII, do art. 6º da Lei 14.133/2021.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. A cada requisição estima-se que a Administração solicitará, no mínimo, os quantitativos indicados na tabela acima, no campo "Lote mínimo", exceto quando o remanescente do quantitativo do item não atingir o quantitativo mínimo, hipótese que caracterizará último fornecimento da contratada do respectivo item, podendo ser qualquer quantidade.

1.5.1. A previsão disposta acima tem como objetivo indicar as capacidades que os licitantes devem possuir para atendimento da demanda, uma vez que, para a entrega, é necessário que os licitantes considerem todos os custos envolvidos no preço de cada item.

1.6. Todos os produtos deverão ser novos, para primeiro uso.

1.7. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.7.1. Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, o quantitativo passível de renovação será o mesmo registrado originalmente.

1.8. O prazo de vigência da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será o período necessário para o cumprimento das obrigações contratuais de ambas as partes, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e compreenderá desde a assinatura do instrumento que substitui o contrato até o recebimento definitivo do objeto e o pagamento na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: 10648539000105-0-000001/2026;

2.2.2. Data de publicação no PNCP: 01/04/2025;

2.2.3. Id do item no PCA: 2470 a 2564;

2.2.4. Classe/Grupo: 6509 - Drogas e produtos biológicos de uso veterinário; 6505 - Drogas e medicamentos; 6840 - Pesticidas e desinfetantes; 6515 - Instrumentos, equipamentos e suprimentos médicos e cirúrgicos; 7930 - Compostos e preparados para limpeza e polimento; 7350 - Louça e artigos de mesa; 6510 - Materiais cirúrgicos para curativos; 9999 - Itens diversos; 6810 - Produtos químicos; 4330 - Centrifugadores, separadores e filtros de pressão e a vácuo; 8540 - Artigos de papel para higiene; 5610 - Materiais de origem mineral para construção, a granel; 8415 - Vestuário para fins especiais; 5365 - Anéis, buchas e espaçadores; 3770 - Selaria, arreamento, chicote e acessórios correlatos para animais; 4020 - Cabos de fibra, cordoalhas e barbantes.

2.2.5. Identificador da Futura Contratação: 158137-323/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos requisitos aplicáveis a esta contratação no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Consultoria-Geral da União/Advocacia-Geral da União, os objetos licitados, sempre que pertinentes, deverão ser compostos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxico, biodegradável, atendendo o pressuposto pela ABNT NBR 15.448-1 e 15.448-2.

4.1.2. Para os medicamentos, caberá à Administração promover o armazenamento adequado e a devida destinação dos resíduos produzidos.

4.1.3. Os itens classificados como de uso veterinário deverão apresentar registro no **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)** conforme Decreto nº 5.053, de 2004, suas atualizações e demais legislações vigentes.

4.1.3.1. Deverão ser apresentados os certificados, vigentes, de Registro dos Produtos e Insumos emitidos pelo MAPA ou cópia da publicação no D.O.U. - Diário Oficial da União do registro desses produtos.

4.1.3.2. Caso algum produto veterinário venha a ser isento de registro, além daqueles indicados no art. 44 do Decreto nº 5.053, de 2004, deverá ser apresentado o embasamento legal.

4.1.4. Conforme disposto pela Lei nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, e demais legislações correlatas, deverão apresentar registro/notificação na **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**:

4.1.4.1. Os saneantes domissanitários (itens 43, 44 e 59), conforme Instrução Normativa ANVISA Nº 394, de 2025 e Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA (RDC) nº 989, de 2025.

4.1.4.2. Os itens 56, 64, 67 a 77, conforme Resoluções da ANVISA RDC nº 540, de 2021, RDC nº 541, de 2021, RDC nº 585, de 2021 e demais resoluções correlatas.

4.1.4.3. Caso algum medicamento a ser fornecido seja classificado como de uso humano, e portanto, regulamentado segundo as normas ANVISA, deverá ser apresentado o devido registro/notificação no órgão responsável conforme legislação vigente, em substituição às documentações referentes ao MAPA.

4.1.4.4. Além das comprovações de notificação e registro na ANVISA poderá ser exigida do licitante a cópia da publicação no D.O.U. - Diário Oficial da União do registro/notificação desses produtos na ANVISA, observando-se sua validade, ou a apresentação do Comunicado de Aceitação de Notificação, enviado à empresa pela ANVISA ou consulta à internet da divulgação de Aceitação de Notificação através do respectivo site.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois não há obrigatoriedade de contratação dos fornecedores por parte da Administração. A contratação somente se dará mediante demanda interna dos materiais licitados. Portanto, a exigência da garantia contratual implicaria ônus ao fornecedor, especialmente no que tange às microempresas e empresas de pequeno porte, podendo resultar em restrição ao princípio da competitividade pressuposto pelo Art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.2. Pontua-se também que experiências advindas de contratações prévias, por esta Instituição, na aquisição de bens de consumo, tem demonstrado que a previsão, no edital, de aplicação de penalidades aos fornecedores têm sido eficazes para inibir o descumprimento de obrigações nas execuções contratuais.

4.4. Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4.1. Na presente licitação, não será realizada a reserva de cotas, uma vez que a participação será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5. Margem de Preferência:

4.5.1. Os itens 3, 89 e 90 da contratação se enquadram como produtos manufaturados nacionais que atendem a normas técnicas brasileiras, portanto, será aplicada a margem de preferência normal de até 10% e adicional de até 10%, sendo acumulativas até o limite de 20%, conforme previsto no Decreto nº 11.890, de 2024 e Decreto nº 12.218, de 2024, e disposto na Resolução SEGES-CICS/MGI nº 8, de 2025 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.

4.6. Indicação de marcas ou modelos

4.6.1. Os itens com indicação de marca ou modelo apresentaram essa informação somente para fins de melhor compreensão da descrição do objeto a ser licitado, servindo como referência, conforme alínea “d” do inciso I, do artigo 41 da Lei 14.133/2021. Poderão ser ofertados produtos de quaisquer marcas/modelos, desde de que atendam as especificações exigidas neste termo.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. A convocação para entrega do objeto será feita por meio de Ordem de Fornecimento.

5.1.2. O prazo de entrega será de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento. Portanto, a entrega será imediata, e não resultará em obrigações futuras, nem mesmo de assistência técnica dos bens.

5.1.3. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 7h às 10h30 ou das 13h às 16h30 (Telefone: 35 3464 1200 Ramal 9176), conforme disposto no seguinte endereço:

5.1.3.1. Almoxarifado do Campus Inconfidentes, localizado na Avenida Alvarenga Peixoto, 240, Centro, Município de Inconfidentes, MG, CEP 37.576-000;

5.1.3.2. eventualmente, poderá ser solicitada entrega na Fazenda Escola do Campus Inconfidentes, Bairro Escritório Velho, zona Rural, CEP 37.576-000, Município de Inconfidentes – MG (localizada a aproximadamente 500 metros do centro da cidade).

5.1.4. A entrega correrá totalmente às expensas da contratada, inclusive será de sua responsabilidade providenciar pessoal e equipamentos necessários para descarga e colocação do objeto no local indicado pelo recebedor dos materiais.

5.1.5. Tanto o transporte até os locais de entrega, quanto as embalagens, os materiais deverão ser acondicionados adequadamente, de acordo com as normas vigentes.

5.1.5.1. As vacinas (itens 60, 61, 62 e 63), deverão ser transportadas e entregues, devidamente acondicionadas em embalagens térmicas que mantenham as condições de temperatura necessárias para a adequada conservação durante todo o período conforme instruído pelo fabricante, preservando suas características e validade.

5.2.5.2. Não serão aceitos produtos entregues acondicionados fora das especificações.

5.1.6. A contratada terá obrigatoriedade de fornecimento, mesmo que o prazo de entrega esteja previsto para ocorrer após a data de validade da Ata de Registro de Preços, desde que sua ciência de fornecimento tenha ocorrido até essa data.

5.1.7. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.9. No caso de produtos com prazo de validade, este não poderá ter transcorrido mais que 20% do prazo recomendado pelo fabricante, na data da entrega.

5.1.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.

5.1.11. O adjudicatário convocado na forma dos subitens anteriores que não entregar ou não cumprir as obrigações estabelecidas, estará sujeito às sanções cabíveis.

5.2. Análises de qualidade, compatibilidade e autenticidade

5.2.1. Sempre que a situação demonstrar conveniente, o contratante poderá encaminhar o material recebido ou solicitar auxílio a agentes, entidades, institutos, órgãos competentes, etc., para análise de qualidade, compatibilidade, autenticidade e outros que se fizerem necessários.

5.2.2. Esse procedimento é excepcional e poderá ser adotado tanto na fase de análise para recebimento definitivo, quanto para usufruir da garantia a ser assegurada pelo fornecedor ou pelo fabricante.

5.2.3. O tempo necessário para esse procedimento interrompe a contagem do prazo para análise do material, para fins de Recebimento Definitivo.

5.2.4. Quando nessa análise forem constatadas falhas de responsabilidade do fornecedor, as despesas com esse procedimento serão exclusivamente de sua responsabilidade, com prazo de 10 (dez) dias úteis para pagamento, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União ou diretamente àquele que efetuou a análise, a partir da comunicação formal do contratante.

5.2.5. As responsabilidades do fornecedor por falha no fornecimento não cessam, mesmo que a análise seja feita após o recebimento definitivo.

5.3. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.3.2. Independentemente do prazo de garantia legal, os materiais perdendo suas características ou se deteriorando e estando eles dentro do prazo de validade, assim como em condições normais de armazenamento, deverão ser substituídos no prazo máximo de 12 (doze) dias corridos, contados a partir da comunicação formal do contratante, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis. Para tanto, ficará por conta e ônus do contratado todas as despesas decorrentes para a efetivação da troca.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Instrumento Substitutivo do Contrato

6.1.1. O termo de contrato será substituído pela Nota de Empenho da despesa, conforme inciso II do artigo 95 da Lei 14.133/2021, por se tratar de entrega imediata e integral da quantidade de cada pedido, obedecendo ao lote mínimo definido na Tabela 1 do subitem 1.1. deste termo.

6.1.1.1. O Instrumento equivalente ao contrato terá como regras gerais as disposições trazidas pelo Anexo I deste Termo de Referência.

6.1.2. O Instrumento equivalente ao contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as regras deste Termo de Referência e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do instrumento equivalente ao contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.6. Após a assinatura do instrumento equivalente ao contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2. Fiscalização

6.2.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Setor de Almoxarifado e pela área requisitante, podendo a Administração designar outro servidor, repartição ou comissão.

6.2.1.1. Serão anotadas todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.2.1.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, será emitida notificação para a correção da execução do objeto, determinando prazo razoável para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.2.1.3. Serão tomadas providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.2.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, do subitem 7.1., de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h”, do subitem 7.1., de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, do subitem 7.1., de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, do subitem 7.1., de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, do subitem 7.1., de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, do subitem 7.1., de 2% (dois por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente à nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo Setor de Almoxarifado ou outro responsável designado pela Administração, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.2.1. Neste caso, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades verificadas.

8.1.2.2. Havendo nova desconformidade, ficará caracterizada a inexecução contratual pelo fornecedor.

8.1.2.3. O contratante não se responsabilizará pela guarda de materiais recusados, por período superior àquele fixado para substituição/complementação.

8.1.2.3.1. Após 10 (dez) dias de atraso, contados da data fixada no subitem acima, sem que o material recusado tenha sido retirado, será considerado abandono por parte do fornecedor, podendo a Administração dar-lhes a destinação que julgar conveniente.

8.1.2.4. Os materiais recusados somente serão devolvidos mediante Termo de Recolhimento emitido pelo fornecedor, autorizando para tanto quem venha retirá-los. Será dispensado o referido Termo de Recolhimento, quando o material recusado for retirado por quem venha entregar os materiais que substituirão os primeiros, salvo por manifestação contrária, formal, do fornecedor.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 6 (seis) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4. Sendo aceitos os materiais, a liquidação da despesa deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis do recebimento da nota fiscal (já incluso neste o prazo para recebimento definitivo).

8.1.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos máximos para o recebimento definitivo e liquidação serão reduzidos pela metade.

8.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.8. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.3.1. o prazo de validade;

8.2.3.2. a data da emissão;

8.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.2.3.5. o valor a pagar; e

8.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.2.5. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.2.6.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.2.6.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. Antecipação de pagamento

8.5.1. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, por se tratar de fornecimento de bens.

8.6. Cessão de Crédito

8.6.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.6.1.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao Instrumento Substitutivo do Contrato administrativo.

8.6.1.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.6.1.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.6.1.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.6.2. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8.7. Reajuste

8.7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (17/04/2026).

8.7.2. Após o interregno de um ano, a pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice apresentado pelo IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo.

8.7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECED

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. Forma de fornecimento

9.1.2. Caso ocorra a contratação, os quantitativos a serem contratados deverão obedecer ao lote mínimo de entrega indicado em cada item da Tabela 1, no subitem 1.1. deste termo, e demais regras previstas nas Condições de Entrega constantes neste instrumento.

9.3. Critérios de aceitabilidade de preços

9.1.3. O valor unitário máximo aceitável corresponde ao valor estimado de cada item, conforme consta na Tabela 1, no início deste termo.

9.4. Exigências de habilitação

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.4.1.1. Habilitação jurídica

9.4.1.1.1. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4.1.1.2. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.1.1.4. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no

Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.1.5. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.4.1.1.6. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.1.7. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.4.1.1.8. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.1.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme personalidade jurídica do licitante;

9.4.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.4.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.4.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

9.4.1.3.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.4.1.3.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.4.1.4. Qualificação Técnica

9.4.1.4.1. Estabelecimentos comerciais de produtos veterinários enquadrados como de natureza biológica e outros que necessitem de cuidados especiais, conforme pressuposto pelo Decreto nº 5053, de 22 de abril de 2024, respectivas atualizações e pela Instrução Normativa MAPA nº 35 de 11 de setembro de 2017, deverão apresentar **Registro de Estabelecimento Comercial no Sistema Integrado de Produtos e**

Estabelecimentos Agropecuários (SIPEAGRO) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para a devida classe de produtos e em vigência.

9.4.1.4.2. Caso algum medicamento a ser fornecido seja classificado como de uso humano, e portanto, regulamentado segundo as normas ANVISA, deverá ser apresentada as devidas documentações no órgão responsável conforme legislação vigente, em substituição às documentações referentes ao MAPA.

9.4.1.4.3. Caso a licitante seja dispensada de algum registro/inscrição mencionados acima, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

9.4.2. Disposições gerais sobre habilitação

9.4.2.1. Para as empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4.2.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do instrumento substitutivo do contrato ou da Ata de Registro de Preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4.2.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.4.2.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.4.2.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 377.429,48 (trezentos e setenta e sete mil, quatrocentos e vinte e nove reais e quarenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na Tabela 1, no início deste termo, que correspondem ao valor máximo aceitável por item.

10.2. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. poderão ser reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento que anteceder a contratação.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

ANEXO I

REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

1.4. O Termo de Ciência e Concordância (anexo II deste Termo) será enviado ao adjudicatário no formato PDF (Portable Document Format) no endereço de e-mail de contato informado no SICAF ou na sua proposta para sua assinatura digital.

1.4.1. Caso a assinatura seja realizada por pessoa física, o representante do licitante que assinar o documento deverá ter poderes para tanto, exigência cujo cumprimento será verificado pelo órgão licitante. Se essa legitimidade não constar em documento digital no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, o representante deverá apresentar procuração ou documento equivalente.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.8. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

- 4.1.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.15.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.16.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.1.17.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.18.** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.19.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.20.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.21.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1.** A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3.** Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1.** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - 5.3.2.** poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4.** A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
 - 5.4.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
 - 5.4.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 5.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 5.5.3.** Indenizações e multas.

- 5.6.** A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7.** A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da

consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.3. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Seção Judiciária de Pouso Alegre/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Adjudicatário), inscrito sob o CPF/CNPJ, declara, para efeitos em todas as contratações que porventura poderão advir da respectiva Ata de Registro de Preços, que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº 90413 /2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

(Assinatura digital da pessoa jurídica ou do representante legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Aprovo.

LUIZ FLAVIO REIS FERNANDES

Diretor-Geral



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 15:23:26.

Despacho: Responsável pela elaboração deste termo.

VITOR MARINELLO SOUZA

Requisitante



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 14:58:52.